

Renan Quinalha

MOVIMENTO LGBTI+

Uma breve história
do século XIX
aos nossos dias

autêntica ENSAIOS

Copyright © 2022 Renan Quinalha

Todos os direitos reservados pela Autêntica Editora Ltda. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos, seja via cópia xerográfica, sem a autorização prévia da Editora.

COORDENADOR DA COLEÇÃO ENSAIOS
Ricardo Musse

CAPA
Diogo Droschi

EDITORAS RESPONSÁVEIS
Rejane Dias
Cecília Martins

DIAGRAMAÇÃO
Christiane Moraes de Oliveira

REVISÃO
Bruni Emanuele Fernandes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Quinalha, Renan

Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias / Renan Quinalha. -- Belo Horizonte : Autêntica, 2022. -- (Coleção Ensaios ; coordenação Ricardo Musse.)

Bibliografia
ISBN 978-65-5928-167-1

1. Ciências sociais 2. Direitos dos homossexuais - História - Brasil
3. Diversidade sexual 4. Gêneros - Estudos 5. Homossexualidade - Aspectos sociais 6. Transexualidade 7. Ideologia 8. Movimento LGBT
9. Sexo 10. Sociologia I. Musse, Ricardo. II. Título III. Série.

22-107596

CDD-305.3

Índices para catálogo sistemático:

1. Diversidade sexual : Relações de gênero : Sociologia 305.3

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964



Belo Horizonte
Rua Carlos Turner, 420
Silveira . 31140-520
Belo Horizonte . MG
Tel.: (55 31) 3465 4500

São Paulo
Av. Paulista, 2.073 . Conjunto Nacional
Horsa I . Sala 309 . Cerqueira César
01311-940 . São Paulo . SP
Tel.: (55 11) 3034 4468

www.grupoautentica.com.br

SAC: atendimento leitor@grupoautentica.com.br

A quem veio antes, abrindo os caminhos do nosso orgulho.

4

Movimentações e movimentos LGBTI+ no Brasil

De ondas para ciclos: outra forma de leitura do movimento

Há diversas maneiras de ler e interpretar a sucessão de eventos e acontecimentos que, agrupados, compõem a trajetória da organização política das pessoas LGBTI+ em nosso país. Consagrou-se, nos últimos anos, uma leitura de que o movimento teria se organizado, desorganizado e reorganizado a partir de ondas⁹⁶ com o objetivo de demarcar as diferentes gerações de ativismo que se sucedem historicamente.

A metáfora da onda para compreender os desdobramentos nada lineares de um sujeito político não é nova. O movimento feminista, por exemplo, vem sendo assim interpretado há bastante tempo. A ideia de onda é interessante por denotar uma oscilação, demarcando alguns momentos centrais de um movimento social: a onda se inicia tímida e pequena, vai acumulando força e vulto, chega a um ápice e depois refluí, sendo sucedida por outra onda que segue um fluxo semelhante. De fato, muitas vezes, esse tipo de padrão recorrente pode funcionar para compreender a dinâmica de uma ação coletiva ao longo do tempo.

Não há dúvida de que estabelecer fases e traçar uma periodização temporal são um modo importante de compreender continuidades, mudanças e deslocamentos na atuação de sujeitos políticos. Contudo, a fixação que a ideia de primeira, segunda e terceira ondas implica, impondo de antemão uma sequência e um curso com início e fim definidos, pode comprometer sua capacidade heurística. Além de ser uma noção importada de outros contextos, a metáfora acabou dando margens a leituras etapistas – mesmo que isso não estivesse presente nas elaborações pioneiras mencionadas. Por etapismo, entendemos aqui a imposição de certa rota normativa que assume um grau de teleologia e linearidade para um processo social que é muito mais complexo e indefinido. Soma-se ainda o fato de que, na história LGBTI+, devido à

persistência de preconceitos e violências, não é raro que as demandas que pareciam atendidas em um momento logo precisem ser novamente reivindicadas, afinal, nunca são efetivamente superadas ou saem do papel e acabam sempre se recolocando em um regime de reconhecimento que é sempre precário. Além disso, ao traçar marcos temporais estanques, as ondas não parecem dar a devida atenção para a dimensão processual da transição entre as fases diversas de um movimento social. A separação em fases bem delimitadas tende a superestimar as diferenças e rupturas, impondo uma artificialidade aos marcos históricos e perdendo de vista que as redes e gerações de ativistas se constituem e se formam nessa interação e nesse conflito permanentes, em uma transmissão de valores, perspectivas e tarefas de uma fase a outra.

Por isso, preferimos aqui uma outra maneira de ler a trajetória dos movimentos sociais, adotando a noção de ciclos concêntricos definidos a partir da agenda de reivindicações que prevaleceu em cada momento histórico.⁹⁷ Nessa leitura, um ciclo não precisa se esgotar e finalizar para dar lugar a um novo, sendo possível uma convivência de diversos ciclos, ainda que um ou outro possa assumir a hegemonia a cada momento. Todos os ciclos podem se expandir ou se retrair ao mesmo tempo, estabelecendo diversas formas de interação entre si, múltiplas combinações que são mais fiéis à complexidade da realidade.

Uma periodização a partir das demandas prevalentes sem perder de vista as demais reivindicações e processos é interessante porque permite enxergar melhor não só as diferenças, mas também a sobreposição desses ciclos no processo histórico. Um não precisa ter terminado para que outro ciclo emerja. Diferentemente da onda, em que uma tem de se encerrar para dar lugar à próxima, mesmo que certas tarefas e questões ainda estejam pendentes e não haja tanta clareza sobre o início de uma e o fim da outra, a ideia de ciclo valoriza a convivência e o tensionamento de pautas, gerações e repertório de ações na conformação de um movimento LGBTI+. Um exemplo disso é a luta de pessoas vivendo com HIV/AIDS, geralmente tomada como um parâmetro para definir uma segunda onda nos anos 1980 e começo dos 1990. A epidemia não deixou de ter um papel central depois desse período, tendo sido inclusive tema da Parada do Orgulho LGBTI+ de São Paulo no ano de 2021 com o mote *HIV/AIDS: Ame+, Cuide+, Viva+* graças a uma enorme disputa do movimento de pessoas vivendo com HIV/AIDS.

Dito de outro modo, a nosso ver, a noção de ciclo possibilita uma articulação menos esquemática e mais mediada entre avanços e retrocessos em agendas que seguem paralelas, ainda que em intensidades distintas, em cada período histórico, com suas próprias ambiguidades e tensionamentos. Por essa razão, aqui propomos cinco ciclos que não pretendem esgotar a história do movimento LGBTI+ brasileiro, mas apenas indicar algumas chaves principais de leitura para a compreensão da trajetória desse ator político nas últimas décadas.

Quando as movimentações se tornam movimentos organizados

Em 1978, no número de estreia do jornal *Lampião da Esquina*, o jornalista Celso Curi é entrevistado sobre o processo judicial do qual era réu por acusação de violar a moral e os bons costumes da Lei de Imprensa em razão de sua Coluna do Meio, dedicada ao público homossexual, publicada desde 1976 no jornal Última Hora. Ao ser questionado sobre as perspectivas de organização política, ele respondeu de modo um tanto irônico: “Quando me perguntam pelo movimento homossexual no Brasil, respondo que ele não existe. Existe é uma movimentação homossexual, da boate para o táxi, do táxi para a sauna. No Brasil nem movimento de manicure é possível” (DEMISSÃO, PROCESSO, PERSEGUIÇÕES, 1978, p. 7).

Sua resposta traz uma distinção interessante entre movimentação e movimento. As subjetividades homossexuais, muito antes da emergência da sigla LGBTI+, já marcavam presença na história brasileira. Pessoas que desejavam outras do mesmo sexo ou, ainda, aquelas que não se conformavam aos padrões binários de gênero desafiaram a sociedade hétero e cisnormativa organizada no Brasil, ao menos desde o violento processo de colonização.⁹⁸ Soma-se a isso que o “desejo da nação” – em formação no século XIX – tomava a sociedade como realidade biológica, racialmente classificável e buscando o branqueamento. Assim, mulheres, negros, pessoas LGBTI+ eram considerados ameaças contra a ordem quando não se conformavam ao papel social esperado.⁹⁹

Em diversos momentos, essas existências individuais, que nunca deixaram de ser rebeldias políticas, encontraram-se e agruparam-se coletivamente. Em pontos públicos de pegação, apartamentos privados, clubes fechados, saunas e boates, enfim, em territórios físicos e simbólicos que serviram de palco para a

sociabilidade LGBTI+ foi semeada e brotou uma subcultura potente dessas movimentações.

No bojo dessa subcultura, as interações foram produzindo formas diversas de uniões e de associativismos. Desde encontros furtivos e casuais com finalidade exclusivamente sexual até a criação de redes de afetos e de acolhimento na constituição de verdadeiras famílias, já que o parentesco biológico poucas vezes foi base de suporte para pessoas LGBTI+. Esse adensamento de uma comunidade que interseccionava planos distintos da existência dessas pessoas, tais como prazer, diversão, afeto, amizade e cuidado, foram fundamentais para que se pudesse produzir uma organização política na forma de um movimento social.

Como visto anteriormente, enquanto lá fora já havia uma tradição mais longeva de mobilização política em um sentido mais tradicional, em nosso país, apenas na década de 1970 é que esses esforços deram frutos mais duradouros. Imprescindíveis para difundir informações e conectar as pessoas em uma verdadeira esfera pública foram os pequenos jornais e panfletos. Estes meios de comunicação, na maior parte das vezes artesanais e modestos, quase sempre clandestinos, possibilitaram que identidades individuais e coletivas fossem constituídas mesmo em tempos de enorme conservadorismo moral.¹⁰⁰

Além das publicações, há registro de tentativas de congressos com bandeiras e plataformas nitidamente políticas – em sentido mais tradicional – desde os anos 1960. No entanto, as movimentações se tornam o movimento homossexual brasileiro (MHB) na segunda metade da década de 1970.¹⁰¹ Ainda que, em outras partes do mundo, os ecos de Stonewall e de outras experiências de militância ressoassem com força, por aqui, a ditadura instaurada em 1964 inviabilizava qualquer organização mais consistente, aberta e duradoura da sociedade civil. A falta de direitos individuais e de liberdades públicas, inclusive para LGBTI+, era a marca central de um regime autoritário que promovia valores conservadores com repressão, censura e perseguições policiais.¹⁰² Passemos, então, às cinco fases que nos ajudam a compreender os caminhos do movimento LGBTI+ brasileiro.

Ciclo da afirmação homossexual e combate à ditadura

A despeito das persistentes tentativas anteriores, apenas em maio de 1978 é que, na cidade de São Paulo, realiza-se a primeira reunião do Núcleo de Ação

pelos Direitos dos Homossexuais, que logo seria rebatizado de Somos – Grupo de Afirmação da Identidade Homossexual. Sem diminuir a relevância das iniciativas precedentes que foram abrindo brechas em uma sociedade heterocentrada, pode-se dizer que foi com o Somos que se desencadeou um processo de organização política da comunidade LGBTI+ em diversas partes do Brasil, já no contexto da liberalização da ditadura e com a intensificação das campanhas pela redemocratização e a reorganização dos diversos movimentos sociais (feminista em 1975; estudantil em 1977; negro em 1978; sindical também em 1978). Já em 1980, havia mais de duas dezenas de grupos homossexuais espalhados pelo país.

Papel significativo foi o do *Lampião da Esquina*, publicação que se tornou uma das mais paradigmáticas da imprensa LGBTI+ brasileira. Apesar de formado por um conselho editorial basicamente concentrado no eixo Rio-São Paulo, o jornal conseguiu transcender o regionalismo que predominava até então nas publicações homossexuais, alcançando uma nova escala. Com circulação nacional, milhares de exemplares eram vendidos em bancas de jornais ou enviados a assinantes mensalmente. Não raras vezes, ele trazia estampadas nas suas páginas, dispostas em formato tabloide, matérias sobre diversas partes do país e até de outros lugares do mundo. Em um determinado momento, o *Lampião* chegou a reservar uma seção específica para divulgar e passar os contatos dos ativistas que estavam organizando grupos no Brasil todo, tornando-se, não sem conflitos para fora e para dentro, uma espécie de diário oficial do ativismo “guei” (QUINALHA, 2021b; RODRIGUES, 2014).

Nesse primeiro ciclo, entre o fim da década de 1970 e meados dos anos 1980, as preocupações centrais passavam pela construção e a afirmação de uma identidade homossexual mais estabilizada. Não por outra razão, os grupos serviam como espaço de acolhimento coletivo, nos quais os indivíduos encontravam segurança para se assumir e se revelar entre pares, em um autêntico processo de criação coletiva de consciência sobre as formas de existência homossexual.

Deve-se lembrar que, desde os tempos do Milagre Econômico, houve um inchaço de camadas médias nos grandes centros urbanos já em expansão, propiciando novos lugares para a sociabilidade LGBTI+. No entanto, esse processo era incipiente, e seus efeitos não eram acessíveis a pessoas mais pobres, razão pela qual os grupos ativistas constituíam, para além da militância,

espaços onde era possível fazer novas amizades, encontrar sexo e romance, partilhar de uma identidade, redes de apoio etc.

Mas a discussão em torno dos sentidos da homossexualidade era intensa: afinal, em que consiste ser, estar ou transar (todos verbos utilizados à época) homossexual? Era algo natural ou cultural? Bastava ter um desejo por pessoas do mesmo sexo? Era preciso fazer a “fechação” (hoje mais conhecida como “lacrção”) e ser afeminado? E as mulheres, qual lugar ocupavam? A bissexualidade era uma condição ou uma fase transitória? As travestis (ainda referenciadas no masculino à época) eram uma espécie de homossexualidade ou um fenômeno diverso?

A partir desse reconhecimento mútuo e das respostas elaboradas para indagações existenciais é que se davam as condições para o engajamento em atividades propriamente militantes. Outro conjunto de questionamentos mais relacionados à ação política emergiu de forma contundente: afinal, o que deveria ser um ativismo homossexual? Quais bandeiras deveria levantar? Assumir-se era um ato de resistência ou de normalização? A reivindicação central deveria ser a igualdade com a assimilação que lhe acompanha? Ou deveria ser a diferença com o orgulho de questionar as normas socialmente convencionadas? Que tipo de relação a liberação sexual deveria ter com outras lutas – sindicais, negras, feministas, ecologistas, socialistas?

A maneira de formular essas questões e as respostas diversas e construídas determinaram parte significativa da heterogênea agenda de reivindicações do movimento homossexual brasileiro então nascente. Lutava-se pelo direito ao prazer, pelo livre uso do corpo, pelo fim da violência, pela despatologização das homossexualidades, por um tratamento digno das pessoas LGBTI+ na imprensa, entre outros pleitos.

Outra tarefa que estava posta nesse momento histórico era a de fortalecer a luta pela redemocratização. A ditadura vinha passando por uma crise cada vez mais acentuada, e as oposições ganhavam mais espaço. Com a reorganização da sociedade civil no contexto de retomada de algumas liberdades até então restringidas, colocou-se na ordem do dia o papel dos movimentos sociais na construção de um novo regime político.

Muito da atuação desses grupos pioneiros se voltou para uma crítica ao autoritarismo e ao conservadorismo moral que lhe era inseparável. O movimento homossexual denunciava a censura, pedia o fim da violência policial, defendia liberdades de expressão e organização, tematizava questões

eleitorais, inclusive com participação ativa nas eleições de 1982 (CRUZ, 2015), nesse momento-chave da democracia brasileira. Por isso, não seria exagero afirmar que o movimento homossexual brasileiro cumpriu um papel de enorme relevância para alargar e aprofundar o processo de redemocratização, fortalecendo as bandeiras mais gerais em torno da superação do autoritarismo, mas também aportando, junto ao movimento feminista, um olhar específico para a temática da liberação sexual.

Tais contribuições se expressam por diversos atos de rua pelo combate à violência policial, como uma passeata contra as operações comandadas pelo delegado José Wilson Richetti que ocorreu em São Paulo no 13 de junho de 1980. Ainda antes desse episódio, o grupo Somos esteve presente em uma manifestação realizada em novembro de 1979, cerrando fileiras com o movimento negro. Em 1º de maio de 1980, foi a vez de uma parte dos ativistas homossexuais se dirigirem ao estádio da Vila Euclides em São Bernardo do Campo para apoiar as mobilizações operárias contra a intervenção da ditadura no Sindicato dos Metalúrgicos.¹⁰³

Contudo, a relação com outras agendas das lutas sociais em curso não eram um tema pacífico dentro dos agrupamentos homossexuais. Assim como aconteceu na geração pós-Stonewall nos Estados Unidos, as disputas em torno do que e de como deveria ser a luta por liberdade sexual dividiram, desde a primeira hora, o movimento. Isto porque, apesar de uma visão bastante difundida – e equivocada – que tende a considerar a comunidade LGBTI+ como um universo homogêneo só porque se trata de um “outro” da norma, há, nesse grupo, uma diversidade e uma pluralidade incontornáveis. Marcadores sociais de diferença como classe, raça, território, idade, gênero, ideologias atravessam esses corpos, forjando sujeitos com visões diferentes em torno das suas próprias identidades e posições no mundo.

Dessa maneira, dentre as diversas divergências, como também ocorreu em outros lugares do mundo, o movimento homossexual brasileiro se fracionou entre um setor cético a uma política de alianças com outros atores políticos e, portanto, mais centrado na própria sexualidade como o vetor de transformação da realidade, colocando a causa homossexual em primeiro lugar, e um outro grupo que defendia uma interseccionalidade mais marcada entre as lutas por liberação social com as reivindicações dos setores progressistas da sociedade, nomeadamente partidos e coletivos das esquerdas, além de movimentos sociais – tais como o negro, o feminista, o sindical, o estudantil etc.

Em São Paulo, naquele momento epicentro do ativismo, o principal pivô dessa clivagem foi a Facção Homossexual da Convergência Socialista. A Convergência era um agrupamento socialista de vertente trotskista que foi um dos primeiros a se abrir para discussões relativas à liberdade sexual no contexto de uma esquerda hegemônica ainda muito careta. Apesar dos limites dessa abertura, tratou-se de uma iniciativa pioneira e com grande impacto nas primeiras mobilizações.

De um lado, um setor do Somos, com seu fundador João Silvério Trevisan à frente, desconfiava da esquerda tradicional e, assumindo uma visão mais anárquica e libertária da sexualidade, denunciava que os poucos militantes da Facção que também integravam o Somos, dentre eles o dirigente James N. Green, estariam articulando uma tentativa de cooptação do coletivo para as causas da Convergência, o que comprometeria a autonomia da luta homossexual.¹⁰⁴ De outro, Green rebatia essa acusação, considerando-a injusta por ter como alvo justamente o principal grupo de esquerda que se abria para a temática da homossexualidade, bem como por superestimar a capacidade de meia dúzia de pessoas para dirigir o grupo Somos, que, em seu auge, chegou a reunir mais de cem pessoas em suas reuniões gerais.¹⁰⁵

A despeito das diferentes leituras desse embate, que marcaram não apenas o movimento, mas a própria produção de memória do período por parte de seus protagonistas,¹⁰⁶ fato é que esse tensionamento foi o principal vetor que levou ao racha do grupo Somos em 1980. Tal racha é muitas vezes apontado como algo que teria abreviado o fim da primeira onda de mobilizações, mas o grupo Somos seguiu atuante até 1983, e o grupo Outra Coisa, formado pelos autonomistas que romperam com ele, também manteve atuação importante nos anos seguintes. Nota-se que a divisão, que pode ter enfraquecido o movimento à primeira vista, também colaborou com uma diversificação na organização do ativismo, possibilitando inclusive a construção de alianças entre os coletivos para combater a violência policial e, mais tarde, para construir uma resposta comunitária à epidemia do HIV/AIDS, que começava a dar seus primeiros sinais ainda na primeira metade da década de 1980.

Além das divisões mais propriamente ideológicas em torno dos rumos do movimento, outras cisões vão se impor. Uma das principais foi a das mulheres lésbicas, que já denunciavam a misoginia dos homens gays desde quando começaram a entrar no Somos, ainda no início de 1979. Apesar de já estarem auto-organizadas no Coletivo Lésbico-Feminista no interior do Somos, elas

decidiram também em 1980 se organizar separadamente no Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF) pelas dificuldades de dividirem os mesmos espaços políticos que os homens.

Vale notar que, nesse primeiro ciclo de mobilizações, as travestis não participaram do movimento organizado. Apesar de já estarem nas ruas, em geral no trabalho com o sexo, como alvos privilegiados da violência do Estado e da sociedade, elas não encontravam acolhimento nos grupos que buscavam construir uma imagem “respeitável” de homossexual, demarcando diferenças em relação às travestis associadas ao submundo da prostituição e das ilegalidades.

Esse primeiro ciclo vai arrefecer e progressivamente assumir outras formas de mobilização já nos primeiros anos da década de 1980. Todos esses conflitos e divisões mencionados se combinaram com outras dificuldades, como a de institucionalizar as instâncias decisórias por uma forte repulsa à burocratização, como os desafios de pessoas das classes populares que compunham esses grupos em sobreviverem economicamente com o empobrecimento geral após o fim do Milagre Econômico, com o fato de que vinham abrindo diversos lugares para sociabilidade e encontros que concorriam com os espaços do ativismo. Tudo isso, conjugado com a epidemia do HIV/AIDS, foi abrindo espaço para a organização de um outro ciclo do ativismo LGBTI+ no Brasil.

Ciclo do HIV/AIDS e “ONGuização”

A década de 1980 foi caracterizada por um amplo processo de mobilização da sociedade civil organizada. As demandas represadas pelas duas décadas de ditadura irromperam na cena pública com enorme força desde fim dos anos 1970, desembocando nas campanhas pelas Diretas Já e por uma nova Constituinte. Como visto, o movimento homossexual brasileiro marcou presença na redemocratização, mas como um ator político mais marginal em um contexto em que os debates em torno da sexualidade ou não eram muito conhecidos ou ainda eram objeto de grande tabu em setores mais amplos da população e mesmo no campo hegemônico dos setores pró-democracia.

Da mesma maneira como não era possível negociar com o autoritarismo político da ditadura, o ativismo de então tinha também uma aversão aos saberes e poderes médico-científicos, que, durante séculos, propagaram visões depreciativas das homossexualidades. Ao classificar o comportamento e a

identidade de pessoas LGBTI+ como desvios e patologias, inclusive propondo-se a fazer diagnóstico de “invertidos” e impor “tratamentos”, os discursos científicos acabaram reproduzindo e legitimando violências diversas.

A situação começou a se alterar de modo mais significativo a partir da eclosão da epidemia do HIV/AIDS. Estima-se que o vírus, mesmo desconhecido, já estava circulando no final da década de 1970, ainda que os primeiros casos confirmados remontem a 1981 nos Estados Unidos e a 1982 no Brasil.¹⁰⁷ Divulgado pela imprensa como uma “peste gay” ou um “câncer gay”, devido ao fato de os primeiros casos terem sido diagnosticados em homossexuais e haver mais incidência no início justamente entre essa comunidade, o HIV/AIDS foi um vetor de repatologização das sexualidades dissidentes.

Aquela era um momento de ascensão do neoliberalismo, com ataques aos sistemas públicos de saúde. Os governos nacionais, muitos deles conservadores como o de Ronald Reagan nos Estados Unidos, pouco se sensibilizaram para o problema. Ao contrário, viram na nova doença uma possibilidade de dizimar uma existência indesejável. As indústrias farmacêuticas, por sua vez, administravam seu engajamento no tema apenas pela lógica do lucro.

A doença era grave por levar diversas pessoas rapidamente à morte e ainda era uma ameaça sobre a qual pairava um enorme desconhecimento. Cada vez mais, jovens homossexuais apareciam nos serviços de saúde apresentando sintomas como Síndrome de Kaposi e pneumonia, doenças oportunistas que começaram a causar desconfiança entre os médicos. Os casos se multiplicavam em ritmo acelerado, não demorando muito para que se vinculasse essa nova epidemia a um “grupo de risco” e suas práticas sexuais estigmatizadas como perigosas. Setores religiosos, inclusive, viram na AIDS um castigo divino para a promiscuidade dos homossexuais, prevalecendo uma lógica de culpabilização dos próprios sujeitos.

Além do discurso religioso, a patologização de um desvio à heteronorma não era uma novidade no discurso médico-científico, que não apenas legitimou, mas incitou uma série de violências contra as subjetividades dissidentes. Não à toa, um dos maiores adversários do ativismo, desde seu princípio, foi o poder médico. O que mudou foi que, naquele momento do auge da revolução sexual promovida pelas lutas feministas e LGBTI+ desde a década de 1960, surgiu uma nova doença que, supostamente, atacava apenas os gays.

É compreensível, portanto, que muitas pessoas desconfiassem do diagnóstico e das explicações científicas que lhe acompanhavam. Muitos chegaram a ver na AIDS uma tentativa de abortar os valores do amor desimpedido de amarras morais, do direito ao prazer, da livre expressão da sexualidade que sempre foram a base da mobilização e do modo subversivo de vida dos homossexuais.¹⁰⁸

Outra parcela do ativismo logo se convenceu da gravidade da situação e iniciou um diálogo com autoridades estatais e médicas para pensar as políticas de saúde, tanto no tratamento de doentes quanto na prevenção de novos casos. O movimento, assim, foi um ator fundamental na construção de uma resposta comunitária e solidária à epidemia que se iniciou em São Paulo e logo foi nacionalizada, tornando-se um modelo internacional.

Reuniões constantes, campanhas de conscientização, distribuição de preservativos, publicação de materiais, pressão nos poderes públicos foram todas táticas utilizadas por esse movimento para conseguir avançar no tratamento e na prevenção ao HIV/AIDS. Grupos diversos foram organizados por todo o país, mais ou menos vinculados com o ativismo homossexual existente, para fortalecer as demandas e cobrar as autoridades.

Desse modo, ainda que a epidemia tenha provocado um reforço no estigma social que recai sobre a comunidade LGBTI+, isso também teve um efeito de deslocar a ação para o campo da saúde, uma gramática entendida e valorizada na sociedade brasileira, ainda mais em um momento de luta pela estruturação do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, os convênios e parcerias com ONGs e governos dentro e fora do Brasil permitiu que as organizações do movimento recebessem aportes financeiros, o que serviu tanto para desenvolver ações ligadas à temática do HIV/AIDS, como também para implementar uma infraestrutura e uma profissionalização do ativismo.

Com efeito, na medida em que a AIDS vai se tornando uma epidemia mundialmente reconhecida e que diversos governos são cobrados a dar respostas rápidas e eficazes no controle à circulação do vírus do HIV, proliferam iniciativas de financiamento que beneficiariam, de modo muito significativo, o ativismo homossexual, que, na geração anterior, tinha na falta de estrutura e dinheiro um dos seus principais desafios.

Em outras palavras, à medida que a epidemia se alastrava, métodos contraceptivos, formas de prevenção, práticas sexuais passaram a ser cada vez mais discutidos. Ampliou-se a sexualização da esfera pública. Em certo sentido,

a AIDS contribui para retirar a sexualidade do armário, deflagrando uma “epidemia de informação” (TREVISAN, 2018, p. 426), ainda que em uma perspectiva muitas vezes conservadora de associá-la à promiscuidade e, portanto, ao modo de vida gay.¹⁰⁹

Aliás, a doença também operou como um divisor dentro da comunidade. Parte dos grupos organizados defendiam que não deviam tratar dessa questão, já que ela levava ao reforço da patologização da homossexualidade justamente no momento em que uma campanha pela despatologização estava em pleno curso. Contudo, apesar das divergências diante de um fenômeno trágico e novo para a comunidade LGBTI+, fato é que a maioria dos grupos entendeu cedo que, não fossem eles próprios a buscar uma resposta comunitária à epidemia, não teriam auxílio algum do Estado ou das indústrias farmacêuticas para salvar suas vidas.

Esta constatação levou os grupos organizados a pensarem em formas inovadoras de ativismos. Primeiro, para criar redes de solidariedade e apoio para a enorme quantidade de pessoas que apresentavam quadro da doença sem ter qualquer suporte financeiro ou afetivo de suas famílias. Sem que houvesse tratamento ou cura à vista, os próprios amigos se responsabilizavam pelo cuidado para assegurar uma sobrevivência e uma morte dignas para as vítimas da AIDS.

Além disso, era preciso pressionar os poderes públicos, as autoridades médicas e as indústrias farmacêuticas para que pesquisas e tratamentos começassem a ser implementados e fossem acessíveis a uma população sem muitos recursos. Vale lembrar que a epidemia eclodiu em plena mobilização pelo direito à saúde e por um sistema único e universal que logo se materializaria na Constituição de 1988.

As primeiras políticas de tratamento e de prevenção foram forjadas pela inusitada aliança entre ativistas, médicos e gestores públicos. Exemplo disso foi a Escola Paulo Teixeira, como se pode chamar a articulação pioneira realizada em torno da Secretaria de Saúde em São Paulo com o médico Paulo Teixeira à frente de uma visão humanizada para lidar com a epidemia.¹¹⁰ Era já o momento de ocaso da ditadura. A agenda do movimento homossexual deslocou-se da luta contra o autoritarismo para o combate à doença, mantendo-se ainda firme na denúncia das diversas formas de violência LGBTIfóbica por parte do Estado e da sociedade que, afinal, não cessaram com o fim da ditadura.

Com a redemocratização em um horizonte cada vez mais próximo, os canais institucionais de participação política, que estiveram bloqueados desde o início do regime autoritário, pareciam retornar enquanto arenas passíveis de ocupação e disputa por parte dos movimentos. Exemplo privilegiado disto são as candidaturas a parlamentos locais em 1982 que abertamente defenderam os direitos dos homossexuais (CRUZ, 2015). Era a primeira vez em que candidatos e candidatas se engajaram em uma defesa mais ampla e articulada a outras pautas em um movimento importante de renovação das agendas da esquerda, incluindo não só a questão homossexual, mas também raça, gênero, ambientalismo.¹¹¹

A trilha da emancipação, que até então passaria por uma ruptura com o Estado autoritário e com a ordem sexual vigente, começa a se deslocar então para as reivindicações de igualdade de direitos e de cidadania nos marcos da incipiente democracia. É neste contexto que ganha cada vez mais força a demanda pelo reconhecimento legal das uniões entre pessoas do mesmo sexo. Na época, foi bastante comum que as famílias de origem de homens gays e bissexuais mortos em decorrência da AIDS, que os haviam rejeitado quando eles assumiram suas sexualidades, ressurgissem de repente para reivindicar um eventual espólio (geralmente uma casa ou um apartamento que coabitavam), deixando o companheiro do falecido sem nenhum direito sobre os bens que adquiriram juntos em vida. Assim, a despeito de o casamento parecer uma reivindicação conservadora por, à primeira vista, reproduzir um modelo heteropatriarcal de família e conjugalidade, ele poderia ter feito uma enorme diferença para a vida de milhares de pessoas LGBTI+ que foram vítimas dessas injustiças.

Vale destacar que o processo de progressiva assimilação institucional e de adoção da gramática dos direitos foi um caminho comum aos diversos setores da sociedade civil que vinham se (re)organizando no ocaso da ditadura. Não que a ideia de direitos estivesse totalmente ausente no período anterior, bastando destacar que o nome original do primeiro grupo homossexual, o Somos, era Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais. Mas o encantamento com o processo de cidadanização pela visibilidade jurídica passou a se colocar mais intensamente.

Fato é que os direitos foram assumindo uma centralidade cada vez maior, que não tinham antes, como estratégia hegemônica de ação política. Mulheres, indígenas, negros e LGBTI+ – e outros nem tão novos personagens – entraram

em cena e reivindicaram seu reconhecimento não apenas na sociedade, mas na ordem jurídica. Essa marca acompanhou o movimento a partir de então, intensificando-se nas décadas seguintes e com rendimentos significativos de reconhecimento de sujeitos LGBTI+, como veremos a seguir.

Ciclo de institucionalização, visibilidade pública e mercantilização

Na década de 1980, atrelado e paralelamente ao processo de articulação de uma resposta comunitária para a epidemia do HIV/AIDS – com marcada “onguinização” do movimento, além das mencionadas candidaturas tematizando a defesa dos homossexuais na política institucional –, duas outras campanhas de impacto nacional marcaram o movimento e o tornaram cada vez mais conhecido da opinião pública.

Ainda em 1980, o Grupo Gay da Bahia (GGB) foi fundado na cidade de Salvador e, no ano seguinte, liderou uma das principais campanhas do movimento homossexual brasileiro: a despatologização das homossexualidades. A campanha teve por foco a organização de um abaixo-assinado reivindicando a despatologização da homossexualidade com a remoção do código 302.0 do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), instituto de assistência e previdência da época.¹¹²

Desde meados do século XX, com a publicação da primeira versão do *Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM I)* nos Estados Unidos e com suas sucessivas revisões, a homossexualidade foi se estabelecendo enquanto uma “doença mental” entre outras perversões ou desvios de natureza sexual.

A patologização das sexualidades dissidentes, a despeito de remeter a um processo de estigmatização anterior já operado pelo imaginário religioso e legal-criminológico, é algo que se acentua na medida em que a medicina e as técnicas do campo psi se afirmam como discurso hegemônico na racionalidade moderna. Como visto, desde o fim do século XIX, época dos primeiros tratados de psicopatologia sexual, a medicina se debruça no diagnóstico e prognóstico das “inversões sexuais”.

A inclusão, portanto, já em meados do século XX, da homossexualidade como doença mental no *DSM I*, que se tornou um importante paradigma do saber e do fazer médicos no mundo todo, reforçou esse processo de patologização, alçando-o a um novo patamar. Uma das principais bandeiras do

movimento LGBTI+, como já visto, passou pela reivindicação do abandono de uma perspectiva normativa de cura para a homossexualidade, sustentando-se a naturalidade desse comportamento e dessa identidade.

Nos Estados Unidos, a luta do movimento LGBTI+ quanto a este tópico rendeu frutos ainda na década de 1970, já que a Associação Americana de Psicanálise decidiu por retirar a homossexualidade de sua lista de transtornos em 1973, sendo acompanhada pela Associação Americana de Psicologia em 1975. No Brasil, a classificação internacional de doenças servia de base para as associações médicas e órgãos públicos na área de saúde e previdência. Por esta razão, a reivindicação do abaixo-assinado era assim formulada: “Nós, abaixo-assinados, exigimos a exclusão imediata do parágrafo 302.0 do Código de Saúde do INAMPS, que rotula o homossexualismo como ‘desvio’ e ‘transtorno sexual’”.

O abaixo-assinado contou com o apoio de uma parcela expressiva de entidades científicas, políticos e personalidades públicas na sociedade brasileira. Com milhares de adesões, a iniciativa demonstrou que era sim possível abrir um diálogo com a sociedade, mobilizando pessoas heterossexuais sensíveis à demanda por igualdade.¹¹³ Depois de mais de 16 mil assinaturas, finalmente, em 9 de fevereiro de 1985, o Conselho Federal de Medicina atendeu à reivindicação, retirando a homossexualidade do código 302.0 e passando-a para o código 2062.9, referente a “outras circunstâncias psicossociais” ao lado de “desemprego, desajustamento social, tensões psicológicas”. Isso porque o CID não incluía apenas doenças, mas também códigos que serviam unicamente para classificar os motivos de atendimento médico, produzindo estatísticas nos serviços de saúde.¹¹⁴

Curioso notar que o mesmo abaixo-assinado trazia uma outra reivindicação atrelada à despatologização, que era a proteção legal e o enfrentamento à violência: “exigimos também que a Constituição garanta a livre opção sexual dos cidadãos, condenando a discriminação sexual da mesma forma como pune a discriminação racial”.¹¹⁵ De um lado, nota-se que já estava presente a formulação de defesa da “livre opção sexual”, pouco mais tarde convertida em “orientação sexual” por causa da compreensão essencialista cada vez mais prevalente, no movimento, de que a homossexualidade é fruto de determinação natural, não uma escolha consciente do sujeito.

Além disso, constata-se uma interessante elaboração de atrelamento interseccional das demandas homossexuais à situação da população negra.

Como visto, as articulações entre ambos os movimentos remontam, ao menos, ao ano de 1978, central no processo de reconstrução da sociedade civil pós-ditadura. Naquele momento, os homossexuais estavam se organizando, e os negros retomando uma organização prévia, haja vista que a trajetória do ativismo pela igualdade racial é a mais antiga na história brasileira. Dessa forma, a despeito das diferenças que marcam cada um desses processos de discriminação, fato é que as afinidades acabaram se impondo a ponto de o movimento homossexual formular uma de suas principais reivindicações nos termos de uma equiparação à proteção legal das pessoas negras. Apesar de essa demanda aparecer já nesse texto de 1981, ela somente acabou atendida em 2019, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu criminalizar a LGBTIfobia, considerando-a como espécie de racismo, como veremos mais adiante.

Outra campanha que trilhou diálogos com a institucionalidade e que imprimiria um legado marcante nas décadas seguintes foi a luta travada no processo Constituinte. No bojo da transição, um dos compromissos firmados foi a elaboração de uma nova Carta Magna para dar forma e conteúdo à nascente democracia. Prevaleceu, contudo, não uma Assembleia Constituinte exclusivamente convocada para tal fim, mas um Congresso Constituinte, composto pelos parlamentares eleitos em 1986 e que foram encarregados da tarefa de elaboração do novo texto.

Esse processo, apesar dos limites impostos pela conjuntura, desenrolou-se em momento privilegiado da intensificação das lutas sociais no Brasil. Após décadas de represamento das demandas, os movimentos sociais irromperam e organizaram uma disputa nas ruas que transbordou pelas diversas instituições em processo de redemocratização. A Constituinte talvez seja o exemplo mais privilegiado dessa batalha dentro das estruturas, e rendeu frutos importantes tanto do ponto de vista da construção dos direitos como da experiência dos movimentos sociais. Não raras vezes, a enorme quantidade de emendas e propostas apresentadas por distintos setores da sociedade civil foram pautadas e debatidas nas subcomissões específicas, com presença física de representantes e discursos inflamados na tribuna.

Com o movimento homossexual não foi diferente. A Constituinte emergiu como a maior oportunidade de inscrever, no texto constitucional, o reconhecimento e a dignidade das minorias sexuais. A campanha, que teve um porta-voz na pessoa de João Antônio Mascarenhas,¹¹⁶ advogado, servidor

público e fundador do grupo Triângulo Rosa, tinha por objetivo a inclusão da “expressa proibição da discriminação por orientação sexual” na Constituição, conforme proposta também defendida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Essa união com o movimento feminista é interessante, pois este abriu caminho para o questionamento dos papéis tradicionais de gênero na nossa sociedade, possibilitando uma desnaturalização também da sexualidade.

No discurso intitulado “Homossexualidade e Constituinte”, proferido em 27 de abril de 1987, Mascarenhas afirmava que, “se o machismo constitui o móvel da discriminação por sexo, esse mesmo machismo provoca a discriminação por orientação sexual”, apontando-o como um inimigo comum às causas feminista e homossexual (BRASIL, 1987). Além disso, ele já desenvolvia um argumento bastante utilizado pelo movimento nos anos seguintes, ao sustentar que “proibir a discriminação sexual apenas em lei ordinária seria um ato discriminatório” na medida em que violaria o “princípio da isonomia”, dando a impressão de que outras discriminações seriam mais importantes por figurar na Carta Magna.

Mas, ao se levantar contra o preconceito então dirigido a homossexuais, Mascarenhas reforçava estigmas contra as travestis, como se a afirmação daqueles como sujeitos de direitos em um ambiente conservador como a ANC demandasse a marginalização destas, em um complexo processo de inclusão excludente (CARRANO LELIS; VIDAL DE OLIVEIRA, 2021). Neste sentido, em seu discurso na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, ele afirmava que um dos grandes problemas da imprensa era “a identificação da homossexualidade com a doença, o transvestismo [*sic*], o atentado ao pudor, a prostituição, o furto e os tóxicos leva o público desavisado a encarar o homossexual como um marginal merecedor de desprezo”.

Acrescenta, ainda, que o jornalismo “trata categorias diferentes como se fossem idênticas, estabelecendo, por exemplo, falsa sinonímia entre o homossexual e o travesti-prostituto [*sic*]”. O esforço de diferenciação entre homossexuais e travestis, além da manifesta transfobia, traz à tona a efemínofobia bastante difundida – à época e ainda hoje – na comunidade. Tanto que Mascarenhas chega a afirmar que “o protótipo do homossexual brasileiro” seria aquele “tipo extremamente afeminado, cheio de maneirismos grotescos [...] que aparece como um [*sic*] travesti”, como se a efeminação exagerada fosse algo indesejável.

A despeito dos limites da visão e do conservadorismo ainda presente no discurso, sem dúvida, tratou-se de um momento importante de visibilização e ocupação de uma arena institucional durante o processo Constituinte. Inclusive ficou evidente, desde então, a articulação parlamentar de setores religiosos, que só se reforçaria nas próximas décadas. Graças à resistência conservadora, a proposta contou com o apoio de apenas pouco mais de um quarto dos constituintes, não alcançando a maioria necessária.

Destaca-se o apoio decisivo da bancada do PT à aprovação, especialmente de parlamentares como José Genoíno e Benedita da Silva. Em 28 de janeiro de 1988, a proposta foi rejeitada por 429 dos 559 deputados constituintes. Diante dessa derrota, Mascarenhas chegou a publicar um livro com crítica contundente ao moralismo e à hipocrisia, intitulado *A tríplice conexão: machismo, conservadorismo político e falso moralismo*. Nessa obra, ele apontou os crimes e atos imorais atribuídos a 96 parlamentares que colaboraram com a derrota da reivindicação, demonstrando a contradição entre imagem e práticas.

Ainda que não tenha sido vitoriosa do ponto de vista de seu principal objetivo, pois o texto constitucional não incorporou a demanda trazida, a verdade é que tal iniciativa deixou consequências importantes em legislações estaduais e municipais posteriores, que promulgaram dispositivos antidiscriminatórios nesse mesmo sentido. No começo dos anos 1990, mais de 70 cidades brasileiras já tinham incluído, em suas respectivas Leis Orgânicas, a proibição à discriminação por orientação afetivo-sexual, passando-se o mesmo com três Constituições estaduais.¹¹⁷ Além disso, em 2019, quando o STF criminalizou a LGBTIfobia, que passou a ser considerada uma espécie do gênero racismo, pode-se dizer que reconheceu precisamente a tese levantada nos primórdios do movimento homossexual brasileiro, o que demonstra como a ideia de ciclo é mais interessante para pensar os modos como as reivindicações se colocam e se reatualizam em diferentes períodos históricos.¹¹⁸

Tais campanhas, que expressaram anos de amadurecimento e acúmulos, ajudaram a forjar uma nova percepção do ativismo em relação às institucionalidades. Começava-se a desbravar cada vez mais as possibilidades de disputas institucionais, que apresentavam um horizonte concreto de conquistas, ainda que limitado pela democracia incipiente e pelo preconceito arraigado na sociedade.¹¹⁹ Do ponto de vista da visibilidade, tais iniciativas ocuparam um lugar de cada vez maior destaque na mídia. Essas campanhas, junto com a epidemia do HIV/AIDS, conferiram existência pública aos

homossexuais, que passaram a estar presentes em cada vez mais lugares e de modo cada vez menos clandestino.

Os anos 1990, neste sentido, foram fundamentais para uma saída do armário mais definitiva por parte da comunidade LGBTI+. O acúmulo de anos de experiência de ativismo organizado, um diálogo bem estabelecido com diversas instituições de Estado, a consolidação de um mercado voltado para esse segmento, a presença cada vez mais marcante de uma subcultura LGBTI+ são elementos que atestam o crescimento reconhecido dessa população pelo conjunto da sociedade.

No entanto, algo que serve de termômetro para aferir o peso da presença LGBTI+ na esfera pública são as Paradas do Orgulho LGBTI+, que começam em meados da década de 1990 no Rio e em São Paulo, sendo posteriormente também realizadas em centenas de outras cidades por todo o país. É sempre difícil definir o que é a primeira Parada, nome que foi dado para manifestações que já vinham acontecendo desde o início da organização do movimento LGBTI+ no Brasil. Lembre-se, por exemplo, dos já mencionados atos de rua em São Paulo com a presença de ativistas e grupos homossexuais como o 13 de junho de 1980, episódio icônico contra a violência policial.

Aliás, é possível considerar que o primeiro ato público convocado por homossexuais e com um protesto de rua com faixas e bandeiras bem definidas foi precisamente o realizado em 13 de junho de 1980, que poderia ser tido como a primeira Parada em nosso país. No entanto, a despeito de ser uma manifestação de rua como diversas outras que já tinham acontecido, é também verdade que, durante os anos 1990, as Paradas assumiram uma formatação singular. Inspiradas nas marchas do orgulho feitas anualmente em junho para lembrar e celebrar a revolta de Stonewall, aqui no Brasil, elas adquiriram contornos específicos e tons carnavalizados.

Em 1995, após o encerramento da 17ª Conferência da ILGA (Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo) na cidade do Rio de Janeiro, houve uma pequena marcha das pessoas presentes no encontro pela praia de Copacabana com uma grande bandeira com as cores do arco-íris. Nesse mesmo ano, ocorreu o XIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas em Curitiba, marcado pela fundação da primeira associação de caráter nacional do movimento, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), atuante até hoje.¹²⁰

No ano seguinte, em São Paulo, pouco mais de quinhentas pessoas se reuniram na Praça Roosevelt em São Paulo com cartazes e discursos contra a discriminação, mas ali permaneceram sem caminhadas. Em fevereiro de 1997, ocorreu o IX Encontro Nacional de Gays, Lésbicas e Travestis junto com o II Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que Trabalham com AIDS, em São Paulo, que terminou com uma passeata de umas duzentas pessoas desde o local do encontro no Largo do Arouche até o Teatro Municipal.¹²¹

Todos esses eventos entre 1995 e 1997 podem ser considerados precursores da Parada – ou, ainda, como ensaios de uma primeira versão dela. É mais aceito, no entanto, que a Parada, em sua formatação atual, tenha se iniciado em junho de 1997. Grupos que atuavam sobretudo em São Paulo e Campinas, como o CORSA (Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor), o Centro Acadêmico de Estudos Homoeróticos da USP (CAEHUSP), a ABGLT, o Mix Brasil, o Expressão, o Núcleo de Gays e Lésbicas do PT (NGLPT) e o Grupo de Gays e Lésbicas do PSTU (GGLPSTU), com o apoio da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal paulistana e da Casa de Apoio Brenda Lee, organizaram a histórica manifestação que partiu da frente do prédio da Gazeta na Avenida Paulista e foi até a Praça Roosevelt no centro. Era um sábado, 28 de junho, em referência direta a Stonewall, com umas 2 mil pessoas acompanhando o trajeto.

No convite para o evento, pode-se ler o nome então utilizado, Parada do Orgulho GLT (gays, lésbicas e travestis). Além disso, consta um recado bem-humorado: “Venha montada, desmontada, fantasiada, casada, descasada, solteira, de bota ou de tamanco. Afinal, quem vai notar você no meio da multidão?”. Usa-se o anonimato da aglomeração como um fator de convencimento para aquelas pessoas que ainda não tinham se assumido inteiramente ou que não queriam ser vistas ali, inclusive com algumas delas usando máscaras durante a passeata para não expor os rostos.

O tema da Parada, que se tornará uma tradição e mudará a cada ano expressando diferentes reivindicações do movimento, em 1997 era “Somos muitos, estamos em todos os lugares e em todas as profissões”. Havia, assim, um esforço de visibilização das pessoas GLTs, sigla mais utilizada à época, frisando-se que elas estão em toda parte com o claro intuito de romper as barreiras do gueto e reivindicar uma integração à sociedade.

Nos anos seguintes, diversos foram os lemas que embalaram as Paradas de Orgulho paulistanas conforme elas cresciam e se tornavam não só a maior

manifestação LGBTI+ do mundo, mas também a mais numerosa mobilização popular brasileira desde a campanha das Diretas Já. Diversos foram os temas das Paradas ao longo dos anos, mas a afirmação da cidadania, a educação para a diversidade e o combate à LGBTIfobia são as questões centrais e predominantes durante esse tempo todo, evidenciando como reivindicações múltiplas se atualizam e se recolocam em ciclos diversos do movimento:

Tabela 1: Lista de edições da Parada do Orgulho LGBTI+

Ano	Tema/Slogan
1997	<i>Somos muitos, estamos em todas as profissões</i>
1998	<i>Os direitos de gays, lésbicas e travestis são direitos humanos</i>
1999	<i>Orgulho gay no Brasil, rumo ao ano 2000</i>
2000	<i>Celebrando o orgulho de viver a diversidade</i>
2001	<i>Abraçando a diversidade</i>
2002	<i>Educando para a diversidade</i>
2003	<i>Construindo políticas homossexuais</i>
2004	<i>Temos família e orgulho</i>
2005	<i>Parceria civil, já. Direitos iguais! Nem mais nem menos</i>
2006	<i>Homofobia é crime! Direitos sexuais são direitos humanos</i>
2007	<i>Por um mundo sem racismo, machismo e homofobia</i>
2008	<i>Homofobia mata! Por um Estado laico de fato</i>
2009	<i>Sem homofobia, mais cidadania – pela isonomia dos direitos!</i>
2010	<i>Vote contra a homofobia: defenda a cidadania!</i>
2011	<i>Amai-vos uns aos outros: basta de homofobia!</i>
2012	<i>Homofobia tem cura: educação e criminalização</i>
2013	<i>Para o armário nunca mais – união e conscientização na luta contra a homofobia</i>

Ano	Tema/Slogan
2014	<i>País vencedor é país sem homolesbofobia: chega de mortes! Criminalização já!</i>
2015	<i>Eu nasci assim, eu cresci assim, vou ser sempre assim: respeitem-me</i>
2016	<i>Lei de identidade de gênero, já! – todas as pessoas juntas contra a transfobia!</i>
2017	<i>Independentemente de nossas crenças, nenhuma religião é lei! Todas e todos por um Estado laico</i>
2018	<i>Poder para LGBTI+, nosso voto, nossa voz</i>
2019	<i>50 Anos de Stonewall – nossas conquistas, nosso orgulho de ser LGBT+</i>
2020	<i>Democracia</i>
2021	<i>HIV/AIDS: Ame+Cuide+Viva</i>
2022	<i>Vote com orgulho: por uma política que representa</i>

Paralelamente a essas intervenções de enorme impacto na esfera pública, o fato de homossexuais não poderem se casar e, sobretudo, ter filhos despertou logo a atenção de empresas interessadas em explorar o grande potencial de consumo desse público. Isso levou a uma combinação singular entre visibilidade e mercantilização que aprofundou a clivagem de classe dentro da comunidade, estigmatizando LGBTI+ mais pobres enquanto as mais abastadas gozam dos privilégios de sua posição na hierarquia social, tema que será aprofundado no Capítulo 5.

Ciclo da cidadanização, da diversificação e dos direitos

A comunidade LGBTI+ chega na virada dos anos 2000 a um patamar inédito de visibilidade, capilaridade e força política. A representatividade também se tornou um ativo fundamental de um movimento cada vez mais consciente de que é composto por muitas letras na sopa de letrinhas LGBTI+.

Como vimos, os homens gays cisgêneros protagonizaram os primeiros espaços de articulação do movimento, logo ocupados também pelas mulheres

lésbicas cisgêneras que, com muita articulação e engajamento, combatiam o machismo enraizado no ativismo. As travestis, apesar de terem uma longa história de resistências individuais e coletivas, em virtude da transfobia desses espaços e da dificuldade de acessar a educação e o mercado de trabalho formal ficaram por muito tempo excluídas dos fóruns organizados do movimento.

Mas, em 1992, essa história muda de vez. A partir da iniciativa das travestis Beatriz Senegal, Josy Silva, Cláudia Perrone France, Jovanna Baby, Elza Lobão e Monique Du Bavieur, é fundada a Associação de Travestis e Liberados, mais conhecida como ASTRAL, no Rio de Janeiro.¹²² Foi graças às campanhas de prevenção de ISTs (infecções sexualmente transmissíveis, especialmente HIV/AIDS) e de conscientização da saúde entre prostitutas por parte do ISER (Instituto Superior de Estudos da Religião) que nasceu essa articulação pioneira. A ASTRAL terá uma atuação decisiva nos anos seguintes, tanto no combate à violência no Rio de Janeiro quanto na mobilização de uma rede nacional de travestis, que logo se transformaria na ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) em 1997, até hoje uma das principais redes do movimento LGBTI+ brasileiro.¹²³

Naquele momento, as reivindicações pela saúde e pela cidadania jurídica da comunidade vão ganhando uma força cada vez maior. Apesar de o horizonte de aquisição de direitos estar presente desde os primórdios do movimento, com o grupo em São Paulo chamado Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais, que ostentava isso em seu próprio nome, a demanda pelo reconhecimento jurídico intensificou-se gradativamente e se tornou cada vez mais central a partir dos anos 2000.

Como vimos, desde a Constituinte investiu-se na arena legislativa para lograr uma proteção jurídica à população homossexual. Nos anos 1990, diversos são os projetos de lei apresentados, sobretudo aqueles relativos à garantia de direitos das uniões entre pessoas do mesmo sexo. Mas o conservadorismo persistente no Congresso Nacional, com uma bancada fundamentalista religiosa ciente de seu poder de veto, impediu o avanço de quaisquer proposições sobre direitos sexuais. É sintomático, nesse sentido, que até hoje não tenha havido, no Congresso Nacional, a aprovação de uma única lei específica em favor dos direitos LGBTI+.¹²⁴

Diante do travamento da agenda no Poder Legislativo, o campo das políticas públicas concebidas e implementadas pelo Poder Executivo nos diferentes níveis federativos tem sido uma arena privilegiada para os avanços na garantia

dos direitos LGBTI+ desde os anos 2000, sobretudo nas pastas de saúde, educação, assistência social e trabalho.

Mas outra arena privilegiada na trajetória da cidadania sexual é o Poder Judiciário. Em um momento de progressiva judicialização da vida social e vocacionado para uma atuação contramajoritária na proteção dos direitos fundamentais e das liberdades públicas, o sistema de justiça tem sido encarregado cada vez mais da tarefa de fazer avançar os direitos LGBTI+.

Exemplo disso é que os primeiros casos de reconhecimento jurídico de uniões formadas por pessoas homossexuais, para fins previdenciários e fiscais, aconteceram, por decisões judiciais inovadoras, em meados dos anos 1990. Essas decisões pioneiras não eram de direitos civis, mas envolviam direitos sociais, conformando uma cidadania com uma sequência de estágios diferenciada em relação ao padrão de outros países centrais.¹²⁵ Mas isto não se deu sem resistência, considerando o caráter conservador dos membros do elitizado e corporativo Poder Judiciário brasileiro. Instâncias superiores, frequentemente, revogaram os efeitos de decisões de juízes progressistas no sentido de estender aos casais homossexuais os mesmos direitos assegurados aos heterossexuais.

Essa batalha jurisprudencial – que era uma verdadeira loteria para pessoas LGBTI+, que poderiam ou não ver suas demandas atendidas a depender das convicções do magistrado da ocasião – só se resolveu com uma decisão unânime do STF, nas ADPF 132 e ADI 4277, proferidas em maio de 2011, quando, em uma ação de alcance abstrato e maior amplitude, foi reconhecida a união estável homoafetiva. Diante da resistência de certos cartórios para formalizarem os pedidos mesmo após a referida decisão do STF, em 2013, o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução 175, que determinou não apenas o dever dos tabeliões de celebração da união estável, mas também do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

Há uma década, portanto, o STF atendeu uma das principais reivindicações do movimento LGBTI+ brasileiro: a extensão aos casais homoafetivos dos mesmos direitos assegurados às uniões heteroafetivas. Era a primeira vez em que nossa Suprema Corte se debruçava, em profundidade e com efeitos amplos, sobre o tema da diversidade sexual. Por unanimidade e com base nos princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da não discriminação, os ministros deram maior amplitude ao conceito de família no ordenamento jurídico.

Isso não significa dizer que, até então, não tivéssemos casais entre pessoas do mesmo sexo no Brasil. A verdade é que famílias LGBTI+ sempre existiram, apesar das violências. Mas elas tinham de ser sempre clandestinas, discretas, invisibilizadas porque repelidas pelas instituições do Estado. O casamento se tornou uma bandeira central da comunidade LGBTI+ porque parecia o caminho natural para restituir a esse grupo marginalizado exatamente aquilo de que foi privado por força do preconceito: uma família. Rejeitadas pelos pais e por outros parentes, muitas dessas pessoas acabavam expulsas ou tinham de fugir de casa, rompendo com os laços de sangue e afetivos cuja ausência marca a vida de qualquer um.

Além disso, como visto acima, a epidemia do HIV/AIDS, então equivocadamente chamada de “peste gay”, teve um enorme impacto em gerações de homossexuais, demonstrando a importância das redes de cuidado e proteção. Foram muitos os casos em que companheiros se viram impedidos de acompanhar o tratamento hospitalar das pessoas que amavam por não serem considerados familiares. Enquanto isso, as famílias de sangue, que haviam renegado seus filhos homossexuais, apareciam após sua morte apenas para reivindicar o espólio existente, privando de qualquer direito quem conviveu toda uma vida com aquela pessoa.

Ainda que não se negue o caráter essencialmente conservador do casamento, nota-se que a luta não era somente por reproduzir uma instituição cristã e familista, mas também por assegurar um tratamento igualitário do ponto de vista dos direitos familiares e sucessórios como herança, aposentadorias e pensões, enfim, dimensões práticas da vida de qualquer casal na nossa sociedade. Por tudo isso, a decisão de 2011 do STF é tão relevante. A partir dela, com o complemento da Resolução 175 de 2013 do CNJ, não se poderia mais sonegar direitos às uniões e casamentos entre pessoas do mesmo sexo no Brasil.

Além disso, ela é também fundamental por ter inaugurado uma “revolução de direitos” na construção da cidadania legal das pessoas LGBTI+. Nos anos seguintes, viriam decisões do STF sobre adoção por casais homoafetivos (2015), direito à identidade de gênero diretamente nos cartórios, sem necessidade de laudo médico, autorização judicial ou cirurgia de redesignação sexual (2018), criminalização da LGBTfobia (2019), doação de sangue por homens que fazem sexo com outros homens (HSH) (2020), constitucionalidade da educação sexual e de gênero nas escolas (2020), bem

como o direito à escolha para presas transexuais e travestis em cumprir penas em estabelecimento prisional feminino ou masculino (2021).

Tal repertório de garantias insere o Brasil em uma seleta e pequena lista de países que asseguram, ao menos oficialmente, os principais direitos de orientação sexual e de identidade de gênero. Com efeito, além da luta contra a violência e o preconceito, foram as reivindicações de casamento igualitário para homossexuais e de uso do nome social e do gênero autopercebido pelas pessoas trans nos documentos que constituíram as principais bandeiras desse movimento social nas últimas décadas (e século).

Um olhar apressado e formalista, dirigido apenas às decisões judiciais, poderia sugerir que a comunidade LGBTI+ já não teria mais razão para lutar, afinal, todas as bandeiras historicamente reivindicadas encontram-se formalmente atendidas. No entanto, a distância entre lei e realidade ainda é abissal. Há um longo caminho ainda a ser percorrido para que, no país que mais mata pessoas LGBTI+ em todo o mundo, possamos ter uma cidadania efetiva para as minorias sexuais e de gênero.

A centralidade das políticas públicas e das decisões judiciais, diante da inexistência de uma lei em sentido formal, confere certas particularidades ao processo brasileiro de construção da cidadania sexual. Até o momento e a despeito das inúmeras iniciativas de projetos de lei, não há sequer uma legislação mais ampla de direitos LGBTI+ que tenha sido aprovada.

Em primeiro lugar, pode-se destacar que há uma precariedade e uma fragilidade nas políticas de diversidade, pois a alteração de uma decisão do Judiciário ou de uma norma do Executivo é mais simples e fácil de ocorrer do que a mudança de uma lei em sentido formal, o que demanda uma maioria parlamentar, além de estar sujeita a controle judicial. Além disso, notam-se certas inconsistência e falta de regularidade na atuação estatal, pois as políticas públicas se modificam a depender do chefe do Executivo ou dos membros das pastas responsáveis pela implementação, comprometendo a continuidade e a efetividade dessas políticas.

Ainda que nenhum direito seja eterno, mesmo quando escrito na lei, há formas distintas de salvaguarda institucional que levam a graus também diferentes de proteção. Uma lei daria maior segurança por contar com um debate público mais amplo e uma maior legitimidade na sociedade.

Isto é especialmente importante, sobretudo neste momento em que o STF é atacado por grupos da sociedade civil e o presidente da República indicou um

ministro “terrivelmente evangélico”, André Mendonça, para assumir uma vaga da Corte. Mesmo que as decisões a favor da comunidade LGBTI+ tenham sido unânimes ou por maioria expressiva, sabemos do poder e da influência que encerram a caneta de um único ministro, bem como dos efeitos de restrição a direitos que podem advir daí.

Na atual conjuntura, em que se nota uma cruzada moral conservadora aliada a uma degradação institucional sem precedentes da democracia, os direitos LGBTI+, que são tão recentes, correm riscos. Quando a comunidade LGBTI+ chegou ao universo da cidadania desenhada pela Constituição de 1988 – ao menos do ponto de vista formal –, parece que todo o edifício da democracia está ruindo por dentro. Sem direitos humanos e instituições funcionando, em um processo evidente de desdemocratização e de autocratização, pouco resta de horizonte aos direitos LGBTI+. Com o perdão da metáfora, chegamos há pouco a uma festa para a qual nos prepararmos por décadas, mas minutos depois de a música já ter parado de tocar.

Os desafios pela frente, portanto, são muitos. Avançamos demais até aqui, mas é essencial preservar as conquistas já materializadas em políticas públicas e decisões judiciais. É também preciso atravessar os obstáculos de acesso à justiça no Brasil para os grupos vulneráveis. Não haverá direitos se não conseguirmos tornar os cartórios, salas de audiências, gabinetes de magistrados e promotores espaços menos hostis e mais diversos. Isto só será possível, também, tensionando entendimentos conservadores na construção dos direitos LGBTI+, conforme veremos no último capítulo.

Ciclo de *backlash*¹²⁶ e bolsonarismo¹²⁷

Velho conhecido das minorias sexuais e de gênero, Jair Bolsonaro sempre foi tido como um político de nicho bastante específico, com quase trinta anos de atuação parlamentar dedicados a sustentar posições extremistas, mesmo para a média do pensamento conservador brasileiro. Dotado de uma forma de atuar caricata, sempre à margem do centro do poder e com uma expressão pública irrelevante até muito recentemente, ele conseguiu se viabilizar como a principal alternativa eleitoral em um sistema político em colapso.

A eleição de Bolsonaro para presidente, em uma campanha baseada na combinação de discursos de ódio com *fake news*, tem ainda despertado diversas análises com o objetivo de compreender essa vitória algo surpreendente. Afinal,

como seria possível aclamar chefe da nação um candidato que desqualifica a democracia, vocifera preconceitos e estimula violências contra diversos grupos vulneráveis?

A questão é complexa e demanda uma reflexão em distintos níveis e frentes. Certamente, há fatores determinantes que vão desde a violência estrutural naturalizada na formação da pouco cordial sociedade brasileira até o colapso institucional da Nova República, passando pelo antipetismo alimentado pela mídia e por setores do Judiciário em uma cruzada – um tanto seletiva – contra a corrupção nos últimos anos. Todas essas variáveis são decisivas, mas uma dimensão ainda é negligenciada no debate público sobre a emergência da variante tupiniquim do conservadorismo atual: sua íntima associação com uma política moral e sexual.

É verdade que todos os regimes políticos e formas de governo dispõem, em maior ou menor grau, de normas e instituições para regular dimensões da vida familiar e sexual de seus cidadãos. A invasão da esfera particular não é uma exclusividade de ditaduras. No entanto, quanto mais fechados e conservadores são o regime político e o governo de plantão, maior a tendência em intensificar modos de controle sobre os corpos e sexualidades. A partir desta perspectiva, pode-se afirmar que um indicador fundamental do grau de liberdade, inclusão e democracia de um determinado regime ou governo é a maneira como ele integra ou não uma agenda de diversidade sexual e de gênero nos discursos oficiais e nas políticas públicas.

A afinidade eletiva entre autoritarismo político e conservadorismo é patente. Há uma inequívoca agenda moral embutida na eleição de Bolsonaro para presidente do Brasil. Mais do que isso, pode-se afirmar que uma moralidade conservadora não é um mero acessório, mas tem sido um dispositivo central na trajetória política de Bolsonaro, na sua campanha eleitoral, na vitória selada de 2018 e na sua forma de governar. Mobilizando valores associados à defesa da família tradicional, à heterossexualidade compulsória e a uma visão de mundo religiosa, as bandeiras do presidente refletem o êxito de um pânico moral¹²⁸ há tempos alimentado e que coloca em linha de mira, precisamente, a comunidade LGBTI+.

Antes mesmo de ser eleito, um dos alvos privilegiados dos ataques verbais de Bolsonaro já eram os homossexuais. Comprovação disso é o fato de haver mais de uma centena de declarações homofóbicas dele nos últimos anos, todas documentadas e compiladas pela mídia.¹²⁹ É verdade que outros grupos

vulneráveis como mulheres, negros, quilombolas e indígenas também mereceram um conjunto expressivo de declarações agressivas e depreciativas por parte de Bolsonaro. Contudo, os homossexuais parecem ser, há anos, um caso de especial predileção pelo presidente: há uma incitação constante e explícita à violência física e até mesmo ao extermínio dessa população.

“Ter filho gay é falta de porrada” e afirmações afins abundam nas intervenções públicas do ex-deputado. São declarações que colocam em xeque, sem qualquer pudor, o direito a ser e existir de um segmento da população, além de respaldar os já alarmantes índices de violência letal contra LGBTI+. Mais recentemente, já no contexto das eleições presidenciais de 2018, em um esforço momentâneo por acenar à moderação para forjar uma imagem mais palatável, ainda que cultivando uma boa dose de seu habitual extremismo, Bolsonaro acenou para um discurso de tolerância ao afirmar que “os homossexuais serão felizes se eu for presidente”.¹³⁰

No entanto, a promessa do presidente não foi levada a sério. Uma das ministras mais poderosas e influentes, Damares Alves, tem promovido um desmonte e uma evangelização das pautas de direitos humanos. Bolsonaro anunciou, em suas redes sociais, que seu primeiro ministro da Educação seria o filósofo Ricardo Veléz Rodríguez, e este declarou que trabalharia pela “preservação de valores caros à sociedade brasileira, que, na sua essência, é conservadora e avessa a experiências que pretendem passar por cima de valores tradicionais ligados à preservação da família e da moral humanista”.¹³¹ Depois de poucos meses de Veléz, vieram Abraham Weintraub (2019 até 2020) e, em seguida, Milton Ribeiro (até 2022), todos eles sustentados pela bancada fundamentalista religiosa que compõe a base de apoio do atual governo. A verdade é que Bolsonaro vem mantendo uma perfeita coerência entre sua trajetória e seu governo. Fiel à sua base, o centro do programa bolsonarista é o combate à “ideologia de gênero” e a defesa do “Escola Sem Partido”.

A despeito de não terem sido inventadas por Bolsonaro, ambas as estratégias discursivas foram intensamente mobilizadas nesse pânico moral que o beneficiou durante a campanha. Qualquer tentativa de reflexão sobre pluralidade e laicidade nas escolas, sob essa perspectiva, já deve ser tachada de partidarização, ideologia marxista e proselitismo comunista. Qualquer tentativa de discussão sobre a importância da educação sexual para crianças e adolescentes deve também ser caracterizada como apologia à homossexualidade e à transgeneridade.

Catalisando iniciativas que já vinham se proliferando em escolas por todo o país, Bolsonaro intensificou a patrulha contra a “doutrinação” praticada por professores, prometendo uma educação “desideologizada” sob um novo formato, resumido no lema “Escola Sem Partido”. A pedagogia deveria, assim, ser “neutra”. Os currículos, com menos filosofia e sociologia, priorizando disciplinas mais técnicas que preparem os estudantes diretamente para o mercado de trabalho e a universidade, como Matemática e Português. Ademais, deveria ficar a cargo dos pais a exclusividade da formação moral, sexual e política dos seus filhos, retirando da escola qualquer discussão sobre valores.

Outro foco importante nessa cruzada, complementar ao programa Escola Sem Partido, tem sido o combate contra a “ideologia de gênero”, um conjunto de ideias que naturalizariam comportamentos de gênero e sexualidade desviantes, mesmo nas crianças. Nesse sentido, o *kit gay*, expressão criada pela bancada evangélica fundamentalista em 2011 para desqualificar um material educativo anti-homofobia desenvolvido no âmbito do governo federal, foi ressuscitado como o maior espantinho moral das eleições. Alegava-se que os governos petistas haviam criado um kit para convencer crianças a serem homossexuais ou travestis, associando essa suposta sexualização precoce, inclusive, à prática de pedofilia.

Os setores conversadores tomaram consciência de que o espaço escolar tem sido o epicentro das disputas de valores em nossa sociedade. Por isso, um dos eixos da agitação de Bolsonaro diz respeito, precisamente, a pautas educacionais, inclusive com tentativas recentes de fazer avançar a prática do *homeschooling* (educação domiciliar). Considerando a força e a precedência que o Poder Executivo tem para conceber e implementar as políticas públicas na educação, têm-se verificado retrocessos significativos com o subfinanciamento e o desmonte nessa área, ainda que o STF tenha já se posicionado em diversos casos pela inconstitucionalidade de legislações na linha Escola Sem Partido.¹³²

Outra esfera em que os retrocessos já se fizeram concretos antes mesmo da posse do novo governo é a saúde pública. A política brasileira de prevenção e tratamento do HIV/AIDS é reconhecida e elogiada em todo o mundo. A própria construção do SUS, com a busca da positividade do direito à saúde no processo de redemocratização, são inseparáveis das lutas por um tratamento gratuito, eficaz e multidisciplinar para pessoas convivendo com o HIV/AIDS, como visto.

Para além dos ataques já denunciados aos princípios da gratuidade, da integralidade e da universalidade do SUS, sobretudo após a aprovação do novo regime fiscal com o teto de gastos públicos (EC 95/2016) e mesmo em contexto de pandemia, despertaram especial preocupação as declarações, inclusive de um ministro da Saúde, que apontavam para a visão estigmatizadora de responsabilização moral de pessoas vivendo com HIV/AIDS. Segundo essa visão, haveria um custo exagerado na política de combate à AIDS por causa de uma “banalização da doença”.¹³³ Esse tipo de discurso, que foi muito comum quando da emergência da epidemia e que parecia superado nas políticas públicas de saúde, agora retornou, ameaçando o tratamento e a vida de parte das 920 mil pessoas que vivem com HIV no Brasil, segundo dados de 2020.

Desde que Bolsonaro venceu as eleições, as preocupações vêm aumentando entre a comunidade LGBTI+, despertando uma corrida por casamentos¹³⁴ e mudanças de prenome e sexo nos documentos, em decorrência do receio de reversão nos direitos civis. Afinal, deve-se levar a sério as declarações LGBTIfóbicas proferidas pelo presidente? Ou se pode acreditar no mantra “as instituições estão funcionando perfeitamente no país”, agarrando-se à esperança de que os impulsos homofóbicos do presidente serão enfraquecidos e neutralizados por um sistema de justiça vigilante e comprometido com os direitos humanos?

Independentemente das respostas que tenhamos para essas questões sobre os próximos anos, por certo já se tem reforçado a naturalização da violência contra pessoas LGBTI+, como vem ocorrendo desde o contexto pré-eleitoral. Abriu-se mais espaço para manifestações discriminatórias a partir das falas LGBTIfóbicas da mais alta autoridade da nação. Também há retrocessos nos campos em que o Executivo tem maiores protagonismo e autonomia para implementação das políticas públicas, como saúde e educação.¹³⁵ Já em relação aos direitos reconhecidos pelo STF, a tendência é que persista um constrangimento institucional para qualquer agenda regressiva que o Executivo tente impor, ainda mais em um contexto de tensão entre poderes. A Suprema Corte não poderá permanecer indiferente diante de tentativas de boicote às suas decisões, sob pena de perda de sua autoridade e legitimidade. Além disso, certamente haverá resistência articulada do movimento LGBTI+ à tentativa de retirada de direitos. O fato de ter havido a criminalização da LGBTIfobia em 2019, sob governo Bolsonaro, demonstra como o STF conseguiu manter uma

autonomia de pauta e de conteúdo da deliberação em relação às expectativas do Executivo.

No entanto, mesmo que não haja mudanças formais na garantia dos direitos, o maior estrago na esfera pública parece já estar feito. De um período em que se buscava formas de assegurar mais cidadania e maior reconhecimento, retrocedemos para uma discussão infantilizada nas eleições baseada em mentiras como “mamadeiras de piroca” e “*kit gay*”. A contaminação do debate público sobre gênero e sexualidade por um obscurantismo já produziu consequências ao imaginário brasileiro que dificilmente serão revertidas no curto prazo.

Assim, pode-se esperar, nos próximos anos, que se acentue a dimensão moral dos conflitos políticos, com investidas constantes da base governista no sentido de revogar direitos e ampliar restrições a formas de vida e uniões que desafiem os padrões. O bolsonarismo dependerá dessa polarização para sua sobrevivência. Mesmo que essas não sejam investidas exitosas no sentido de se converterem em leis, seu efeito social será bastante concreto. E ainda que Bolsonaro não seja reeleito, o bolsonarismo permanecerá enquanto força política com apelo para setor significativo da sociedade brasileira.

Todas essas conquistas jurídicas da cidadania sexual, mesmo que precárias na forma, são substancialmente o reflexo de mudanças culturais profundas na sociedade brasileira. As lutas do movimento feminista a partir de 1975 e do movimento LGBTI+ desde 1978, ambos surgidos no período da liberalização da ditadura, produziram mudanças significativas nos padrões de família e na gramática moral vigentes.

Os sentidos atribuídos aos corpos, os papéis sociais de gênero, os desejos afetivo-sexuais, as estruturas familiares e as relações de parentesco foram disputados e ressignificados com a progressiva politização do privado operada pela contestação cultural e dos costumes. Os códigos morais foram se alterando significativamente. O padrão hegemônico de virilidade e de masculinidade deu lugar a uma pluralidade de formas de vivências e identidades, nos campos do gênero e da sexualidade, que se constituíram como esferas da liberdade e da autonomia humanas, não mais apenas da reprodução da espécie como destino biológico.

É evidente que transformações de tal maneira estruturais gerariam uma reação com um nível semelhante de intensidade e força, que tem sido caracterizado, aqui e em outros lugares do mundo, como *backlash*. Daí ser mais

adequado falar em reação do que em ofensiva conservadora. Talvez a maior ingenuidade e fraqueza dos movimentos ligados a essas causas tenha sido, justamente, não se preparar para administrar a reação que estavam a produzir com suas demandas.

De qualquer maneira, não há clareza sobre o destino dos direitos LGBTI+ no Brasil. Qualquer fatalismo e simplificação será insuficiente para dar conta do momento em que vivemos. A principal certeza é a de que, nos próximos anos, mesmo havendo a derrota de Bolsonaro para a presidência em 2022, disputas morais acirradas entre atores com significativo peso institucional e relevância política seguirão.